

Transformação cultural e desenvolvimento territorial transformador: um olhar prospectivo sobre as indicações geográficas de procedência

Transformación cultural y desarrollo territorial transformador: una mirada prospectiva a las indicaciones geográficas de origen.

Cultural transformation and transformative territorial development: a prospective look at geographical indications of origin

Daniel Lemos Jeziorny¹

Recebido: 30 de junho de 2020

Aprovado: 31 de março de 2021

Publicado: 10 de maio de 2021

Como citar este artigo:

Lemos Jeziorny, D. (2021). Transformação cultural e desenvolvimento territorial transformador: um olhar prospectivo sobre as indicações geográficas de procedência. *Cooperativismo & Desarrollo*, 29(120), 1-29.
doi: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2021.02.06>

Artigo de investigação. <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2021.02.06>

¹ Doutor em Economia, Professor Adjunto, Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Correio eletrônico: daniel.ufrgs@yahoo.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7042-8673>



Resumo

Este texto traz uma reflexão a respeito do papel da cultura em projetos de desenvolvimento territorial. Isto, principalmente, com vista a alcançar dois objetivos: encontrar um lugar lógico para a cultura em processos de desenvolvimento territorial e prospectar sobre um possível instrumento de construção, nos espaços rurais, de uma cultura alternativa a do crescimento material predatório da natureza e da força de trabalho. O modelo predatório tem levado muitos territórios a um processo de desenvolvimento autofágico, isto é, que se alimenta predatoriamente de seu substrato material. O anterior traz, como uma das consequências mais diretas, um avanço significativo de doenças infecciosas que ameaçam a humanidade. Para tanto, o trabalho calca-se fundamentalmente no conceito marxiano de metabolismo social e na ideia de cultura de Eagleton. Abordam-se, também, os resultados das nossas investigações acerca da temática do desenvolvimento territorial e das indicações geográficas de procedência, que as reflexões sugerem com um instrumento possível de se construir em espaços rurais como uma cultura alternativa.

Palavras-chave: Cultura, desenvolvimento territorial, indicações geográficas, metabolismo social.

Resumen

Este texto presenta una reflexión sobre el papel de la cultura en los proyectos de desarrollo territorial. Esto, principalmente con miras a lograr dos objetivos: encontrar un lugar lógico para la cultura en los procesos de desarrollo territorial y buscar un posible instrumento de construcción, en espacios rurales, de una cultura alternativa al crecimiento material depredador de la naturaleza y la fuerza del trabajo. Este modelo ha llevado a muchos territorios a un proceso de desarrollo autofágico, es decir, que se alimenta depredatoriamente de su sustrato material. Lo anterior trae, como una de las consecuencias más directas, un avance significativo de enfermedades infecciosas que amenazan a la humanidad. Con este fin, el trabajo se basa fundamentalmente en el concepto marxista del metabolismo social, en la idea de cultura de Eagleton y en el resultado de nuestras investigaciones sobre el tema del desarrollo territorial y las indicaciones geográficas de origen, que las reflexiones sugieren con un posible instrumento para construir una cultura alternativa en espacios rurales.

Palabras clave: Cultura, desarrollo territorial, indicaciones geográficas, metabolismo social.

Descriptores:

A13 Relación de la economía con los valores sociales

B55 Economía social

P25 Economía rural y regional

Abstract

This text presents a reflection on the role of culture in territorial development projects. This, mainly with a view to achieving two objectives: to find a logical place for culture in the processes of territorial development and to look for a possible instrument for the construction, in rural spaces, of an alternative culture to the predatory material growth of nature and the force of the worked. This model has led many territories to a process of autophagic development, that is, it feeds predatorily on its material substrate. This brings, as one of the most direct consequences, a significant advance in infectious diseases that threaten humanity. To this end, the work is fundamentally based on the Marxist concept of social metabolism, on Eagleton's idea of culture and on the result of our research on the subject of territorial development and geographical indications of origin, which the reflections suggest with a possible instrument to build an alternative culture in rural areas.

Keywords: Culture, territorial development,; geographical indications, social metabolism.

1. Introdução

No início de 2019 a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica publicou um boletim no qual consta uma preocupante advertência: “o aquecimento global pode ganhar vida própria” (p.3). Em razão da interferência humana, o desequilíbrio do Sistema Terra pode puxar o gatilho que inaugura um mecanismo sem volta. Causada por uma profunda desarticulação no funcionamento da biosfera, a ação conjunta de efeitos oriundos do aquecimento global tende a se retroalimentar.

Pois, o que se encontra na raiz deste inquietante dilema é justamente aquilo que Marx chamou metabolismo social. O conceito reflete os desdobramentos da relação sociedade/natureza, especialmente no que diz respeito aos fluxos de matéria e energia que se estabelecem entre a biosfera e a economia. Em outras palavras, a relação metabólica entre as condições naturais de produção e o sistema que as transforma, o sistema produtivo, aquele que deve responder pela reprodução material da sociedade. Antes de tudo, é preciso reconhecer que o sistema produtivo e o ecossistema que o abriga são dois complexos indissociáveis, mas que podem apresentar ritmos mais ou menos consonantes ou dissonantes entre si.

Cumprir observar-se, no entanto, que em certos estágios da complexificação do modo de vida, a dissonância entre as partes pode causar tamanha desarticulação que acaba por atribuir ao desenvolvimento econômico um certo caráter autofágico. Isso acontece na medida em que o transforma num processo que se alimenta predatoriamente de seu próprio substrato material: o ecossistema que o abriga. Neste caso, quanto maior a dissonância ou disjunção entre as partes, maior aquilo que Marx chamou de “falha metabólica” e, neste sentido, também maior a “fome autodestrutiva” do sistema produtivo (Sachs, 2008).

Além disso, vale atentar que esse apetite por autodestruição é geralmente servido em dois pratos, ou melhor, manifesto em dois aspectos da relação metabólica da sociedade com a natureza. Em um deles, sempre que a velocidade de consumo de matéria e energia, por parte do sistema produtivo, superar a velocidade de regeneração do sistema que lhe fornece tais elementos. Em outro, quando a escala de dejetos da produção ultrapassar a capacidade que os diferentes ecossistemas possuem de assimilá-los. Estas são, a rigor, as principais vias pelas quais um sistema ecológico pode rumar à desorganização de sua estrutura e, com isto, ter sua mecânica alterada e/ou comprometida em virtude de ações humanas.

Portanto, um metabolismo social minimamente saudável implicaria restringir, tanto a escala, quanto a velocidade de reprodução do sistema econômico de forma a manter-se seu funcionamento dentro dos fatores limitantes colocados pela natureza, assegurando-se que o metabolismo ecossistêmico funcione sem sobressaltos que

ameaçam a humanidade, como no caso do surgimento de doenças infecciosas que saltam do ambiente natural para colocar em risco a vida humana. De acordo com as Nações Unidas, o século passado foi um período de mudanças ecológicas sem precedentes, com dramáticas reduções na biodiversidade dos diferentes ecossistemas que compõem a biosfera. E a devastação crescente, ao passo que altera a estrutura da biosfera, traz consigo um conjunto cada vez maior de doenças infecciosas, cujos exemplos abundam nos últimos anos: Ebola, Gripe Aviária, a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), o Vírus Nipah, a Febre do Vale Rift, a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), a Febre do Nilo Ocidental, o vírus Zika (Souza, 2009).

Ainda de acordo com o relatório das Nações Unidas acima mencionado, o surgimento de doenças zoonóticas também é frequentemente associado a distúrbios ecológicos provenientes da intensificação de monoculturas agrícolas, que resultam em invasões e derrubamentos de florestas e outros habitats naturais. O anterior convida a refletir, muito especialmente, a respeito dos modelos de desenvolvimento econômico calcados na produção de *commodities* agrícolas, como a soja, mas também em *commodities* minerais, como o minério de ferro.

Nessa linha, uma leitura lógica – daquilo que diversos estudos científicos indicam – é a de que existe uma perniciosa associação entre o que se tem chamado “neoextrativismo” (Souza, 2009), a saber, modelos de crescimento econômico calcados na extração, produção e exportação de *commodities* agrícolas e/ou minerais, e o surgimento de doenças zoonóticas que colocam em risco, não apenas a estrutura dos ecossistemas, mas a própria vida humana. A rigor, a desestruturação de ecossistemas oferece oportunidades singulares para que patógenos migrem de animais selvagens para seres humanos, especialmente quando a biodiversidade é perdida, visto que se reduz drasticamente as barreiras naturais do sistema ecológico ao surgimento e disseminação de doenças que infectam seriamente os seres humanos.

Problema que nos remete ao ponto verdadeiramente crucial: a forma processual pela qual a interação sociedade-natureza intercorre, ou seja, a forma de organização do trabalho. Afinal, trata-se do processo pelo qual o “homem medeia, regula e controla o metabolismo que se produz entre ele e a natureza” (Sacco dos Anjos, 2013). Logo, processo que está tanto na raiz do sistema produtivo, isto é, da reprodução da sociedade, quanto do próprio ser humano, que só se torna de fato um indivíduo no interior daquela.

Neste cenário, a principal motivação deste texto é refletir acerca de uma possível rota de construção de uma cultura alternativa a do crescimento econômico material enquanto meio de se atingir o bem-estar humano. Afinal, se antes o crescimento econômico, material, significava uma certa segurança quanto às incertezas do futuro,

atualmente este quadro se reverte e o crescimento passa a trazer mais inquietações e inseguranças quanto ao futuro do que, propriamente, tranquilidade. Além disso, o foco das reflexões é ajustado para enquadrar uma relação lógica entre o desenvolvimento territorial e a cultura, visto que o objetivo principal que pretendemos alcançar, em nossas reflexões, é o de construir uma relação lógica entre cultura e desenvolvimento territorial. Contudo, ao final do trabalho, refletimos também sobre as vantagens das indicações geográficas de procedência em funcionarem como tecnologias de apropriação espacial capazes de materializar uma cultura alternativa nos territórios rurais e, com isso, servirem de projetos para um modelo de desenvolvimento territorial transformador, do ponto de vista do modelo civilizacional.

Além desta introdução e de um possível desenlace final, o trabalho se estrutura em mais cinco apartados. Nestes, refletimos sobre os conceitos de território e desenvolvimento territorial, sobre as bases sociopolíticas do conhecimento e da inovação, sobre a ideia ou conceito de cultura e, conforme já mencionado, sobre as indicações geográficas de procedência, objeto que, a par da perspectiva territorial do desenvolvimento, tem servido de objeto de nossos estudos e pesquisas há mais de uma dezena de anos.

2. Território: uma construção sociopolítica com o espaço

A análise econômica geralmente trata os conceitos de espaço e território como sinônimos. Porém, como afirma Souza (2009), o território é um conceito multidimensional formado por diversas dimensões, das quais a dimensão material, o espaço físico-geográfico é uma delas, mas não a única, sobre a qual opera outra não menos importante, a dimensão política. Concordamos com esse autor quando afirma que o território é a projeção de relações sociais em um determinado espaço, isto é, de relações de poder que operam sobre um determinado substrato material (o espaço). Dessa perspectiva materialista, o espaço precede o território: primeiro deve haver um espaço (físico, geográfico) para que nele sejam projetadas as relações sociais (de poder) consubstanciando-se no território. Portanto, os conceitos de espaço e território não são equivalentes, tampouco sinônimos, de forma tal que o território é uma projeção de relações de poder no num determinado espaço.

Segundo Medeiros (2009), o território é também um espaço de identidade. Pode ser inclusive um espaço sonhado ou demandado. Inicialmente, o território é um espaço de identificação, a apropriação material do espaço é posterior. Assim, ao

refletir sobre a experiência dos assentamentos agrários do Movimento Sem Terra (MST) no Brasil, Medeiros ressalta que um território é precedido não apenas por um espaço, mas também por um projeto de apropriação que reclama um espaço. O território é, assim, um espaço de poder, por ser onde os projetos de determinado grupo social se concretizam.

O importante, contudo, não é analisar a ordem sequencial do processo de territorialização, mas entender que dificilmente há território sem um projeto previamente concebido de apropriação espacial. A conversão de um espaço em território exige que um projeto seja realizado nesse substrato material (Raffestin, 2009). No entanto, segundo Milton Santos (2011), é fato que o espaço hoje é um sistema de objetos cada vez mais artificiais, causado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade e tendendo cada vez mais a propósitos alheios ao local e a seus habitantes.

Acrescentamos aqui que, além de seu conteúdo técnico, esses objetos refletem as diversas perspectivas culturais e ideológicas por trás de cada projeto de desenvolvimento territorial. Portanto, não é possível falar de neutralidade na tecnificação do espaço, muito pelo contrário, entendemos que as abordagens técnicas que orientam os projetos de apropriação espacial (ou o que chamamos de processo de territorialização) são fundamentalmente políticas, refletindo um confronto entre grupos de interesse pela imposição de um determinado projeto de desenvolvimento.

Nesse sentido, a dimensão política é sumamente importante dentro das dimensões que compõem um território, uma vez que se refere diretamente ao exercício do poder e, portanto, à seleção de projetos. Para alguns autores, o próprio conceito de território é confundido com o exercício do poder político em um determinado espaço geográfico (Medeiros, 2009; Souza, 2009; Raffestin, 2009) e é baseado em uma certa estrutura institucional (Reis, 2007). Modelos de desenvolvimento territorial são, portanto, construções sociopolíticas sobre um determinado espaço geográfico, que requerem estratégias de apropriação prévia. E é nessas estratégias que se projetam as diferentes concepções de desenvolvimento dos vários grupos sociais e econômicos presentes no território.

3. Notas sobre o desenvolvimento territorial

Lidar com o desenvolvimento não é uma tarefa fácil, trata-se de um conceito de natureza multidimensional que não se presta a ser encapsulado em fórmulas simples (Sachs, 2008). Como não é objetivo deste texto revisar as diferentes teorias do

desenvolvimento, optamos por fazer uma abordagem ligeira e muito geral delas. Neste sentido, lembramos que, para explicar as diferenças nos níveis de desenvolvimento econômico entre países, muitas dessas teorias surgiram no contexto ideologicamente polarizado dos anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial.

Naquele cenário, e apesar de suas diferenças ideológicas, as distintas teorias tinham em comum o fato de entender o desenvolvimento como o aumento da riqueza material e o avanço da industrialização. Ao refletir sobre isso, autores como Bonente (2011) apontam que as teorias clássicas do desenvolvimento carregam um duplo viés ideológico: i) maniqueísta, na medida em que associam desenvolvimento a algo bom e sua ausência (subdesenvolvimento) a algo mau; ii) positivo, na medida em que coloca o desenvolvimento em bases essencialmente materiais, de tal maneira que uma sociedade em desenvolvimento passa para uma situação de bem-estar material. Em vista disso, afirmam a necessidade de se afastar dessa visão ideologicamente tendenciosa e de definir o conceito de desenvolvimento em termos mais objetivos, com base na ideia de complexidade.

Dessa maneira, se um certo objeto se desenvolve à medida que sua estrutura constitutiva se torna mais complexa, o desenvolvimento territorial seria um processo pelo qual as várias esferas constituintes de um território (social, política, econômica e institucional) se tornam mais complexas. A análise deve preocupar-se, portanto, com o estudo do grau de complexidade que essas esferas constituintes adquirem, analisar a lógica subjacente a cada uma delas e encontrar uma explicação adequada para a maneira como o processo de desenvolvimento territorial ocorre.

De acordo com o que foi abordado anteriormente, tal análise implica considerar que o desenvolvimento territorial se baseia em um projeto anterior de apropriação espacial, mas também que esse projeto depende das condições impostas pela sociedade e pelo próprio espaço. Portanto, as especificidades geográficas e sociais do território afetam os projetos de desenvolvimento territorial, sendo essas especificidades que condicionariam a forma das estratégias adotadas, dando origem a diferentes rotas dentro de uma multiplicidade de trajetórias possíveis.

Por esse motivo, autores como Reis (2007) destacam a importância das instituições como fontes de especificidade e, portanto, de diferenciação entre algumas formações sociais e outras. Entendido dessa maneira, o sucesso de um processo de desenvolvimento implica a criação de sinergias entre os atores presentes nas diversas escalas de poder em cujo território se articula: local, regional, nacional e, em alguns casos, até supranacional (como é o caso de alguns programas da União Europeia). Para isso, é necessária a implementação de um mecanismo eficaz para facilitar a concertação de interesses, ou seja, uma estrutura de governança que permita aos

atores envolvidos neste movimento se tornarem sujeitos do processo de apropriação do espaço que compartilham (Cassiolato e Lastres, 2003; Moyano, 2009).

No que toca à concertação dos interesses e objetivos dos atores locais, Saquet (2019) defende não apenas um retorno ao território quando das análises e proposições de processos de desenvolvimento, mas um retorno ao território através de uma – forma de – práxis capaz de estimular tanto a consciência de lugar, quanto a consciência de classe, ou seja, a formação de um sujeito local consciente de suas reais posição e função na estrutura sistêmica e, portanto, com capacidade crítica e de reflexão acerca de suas necessidades concretas mais prementes. Assim, o efetivo processo de retorno ao território reclama, dentre outros aspectos não menos importantes, a identificação, compreensão, explicação e valorização do enraizamento dos sujeitos no espaço compartilhado, ou seja, nos ecossistemas que humanizam através do trabalho, processo que lhes fornece o sentido do pertencimento ao lugar, mas, outrossim, da auto-organização, da autogestão e da identidade criada em torno de um projeto comum de construção deste lugar.

Portanto, “simultaneamente, a consciência de classe e de lugar assumem mediação fundamental na mobilização e luta cotidiana, na construção do desenvolvimento territorial numa perspectiva popular, autônoma e contra hegemônica” (SAQUET, 2019, p. 30), uma das formas para fundamentar resistência política, cultural e econômica, contra o capitalismo parasitário – de que trata Quaini (2009) –, e em favor da justiça social, da solidariedade, da sustentabilidade, da participação e decisão populares. Necessariamente, na práxis,

a gestão territorial do desenvolvimento passa por uma abordagem que precisa ser pluridimensional, participativa (na pesquisa e na ação) e popular, recíproca (cooperada e solidária) e identitária, confiante e dialógica, ambiental e interdisciplinar, com base no lugar e na autonomia decisória das diferentes pessoas, no enraizamento, nas redes curtas e na autogestão, na comunidade e na contra hegemonia (SAQUET, 2010, p. 34).

No entanto, convém ter em mente que, em muitos casos, algumas oportunidades e recursos para o desenvolvimento estão enraizados em redes mais distantes, ou seja, em pontos externos aos limites espaciais do território, como pode acontecer com alguns recursos imateriais (conhecimento), ou tangíveis (matérias-primas, mercados de consumo e fontes de financiamento) localizados em outros espaços. Isto nos leva à ideia de que, embora determinado pelo espaço geográfico, pelas instituições e pelas

relações de produção existentes, acima de tudo o território é um sistema social que pode superar o ambiente físico que lhe serve de base.

Em suma, entender o território como uma construção (sociopolítica) do espaço não significa interpretá-lo como um sistema fechado, auto encapsulado naquele espaço, com uma dinâmica restrita apenas a estímulos e condicionamentos internos. Antes, devemos entendê-lo como um sistema aberto capaz de responder de várias maneiras a estímulos e condicionantes externos. Ademais, vale notar que essas respostas dependerão, muito particularmente, da maneira como o sistema de governança é organizado no nível interno do território.

Em outras palavras, um sistema organizacional interno bem-organizado importa para gerenciar o projeto de desenvolvimento territorial de forma a não retirar o controle deste processo dos atores locais, o que inclui criar condições para que estes possam tirar proveito das oportunidades externas (em vez de serem heteronomamente envolvidos por elas). Dentre estas, talvez uma das mais oportunas venha a ser a absorção e ressignificação de técnicas, inovações e conhecimentos desenvolvidos em outros espaços. Isto em função de projetos econômicos próprios que, como vimos, são resultados de projetos políticos.

4. As bases sociopolíticas da inovação

Para Milton Santos (2008), no processo de complexificação "o espaço acaba por se tornar um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade" (p. 63). Além disso, em decorrência da ação humana o espaço ganha uma natureza que é sobretudo técnica, pois os objetos que lhe são acrescentados são cada vez mais técnicos, a exemplo de pontes, estradas, portos e ferrovias. E a primeira distinção a respeito do que venha a ser um objeto técnico é a ideia de que este contém intencionalidade.

Seguindo esta linha, Porto-Gonçalves (2013) afirma que por meio da técnica sempre se visa o controle, da maneira mais perfeita possível, dos efeitos da ação no espaço e no tempo. Afirma ele que é o que podemos constatar, por exemplo, tanto do uso de uma enxada como de um míssil com ogivas nucleares teleguiado à distância. Ambos estão repletos de intencionalidade.

Característica que torna o desenrolar técnico um processo naturalmente passível de conflitos e antagonismos, pois geralmente envolve interesses muitas vezes divergentes por parte de grupos sociais dotados de intencionalidade, ou seja, grupos de interesses que procuram realizar um programa próprio num determinado recorte do espaço – já não apenas palco da necessidade, mas, de certa forma, agora também

teatro da liberdade, em cujo papel principal é exercido pelo processo de trabalho, visto que este é

[ao] mesmo tempo instrumental e intencional em relação aos desejos e necessidades humanos – ‘o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera’. As concepções mentais do mundo podem se tornar uma ‘força material’ em duplo sentido: são ‘objetivadas’ nos objetos materiais e materializadas nos processos reais da produção. Por isso, a atividade da produção incorpora certo conhecimento de mundo – o conhecimento que é também um produto social. Cada modo de produção desenvolve um tipo específico de ciência, um “sistema de conhecimento” apropriado para as suas necessidades físicas e sociais distintas. (HARVEY, 2013a, p. 161)

Assim, quando em determinada formação social os atores decidem e aplicam uma determinada tecnologia de apropriação espacial, a rigor eles executam um projeto sobre o espaço em função de alguma concepção de controle, isto é, de alguma concepção mental de mundo ou cosmovisão. Dessa forma, tanto utilizam quanto reproduzem um tipo específico de sistema de conhecimento ou ciência que, como afirma Harvey (2013), é apropriado (desenvolvido) de acordo com as necessidades físicas e sociais do modo de produção em questão.

No capitalismo, as necessidades – técnicas – colocadas ao sistema de conhecimento derivam da acumulação de capital, afinal, se neste modo de produção o processo produtivo é também processo de valorização de capital, a acumulação capitalista se torna a mola mestra da dinâmica sócio reprodutiva e, portanto, em última instância o processo que define os problemas a serem resolvidos, logo, também o sentido do avanço tecnológico. Daí que se uma boa inovação é uma inovação boa à valorização de capital; o conhecimento relevante passa a ser aquele que pode ser utilizado neste processo, o que faz com que o próprio sistema de conhecimento ou ciência projete em seu desenvolvimento a natureza da relação social que estrutura esta mecânica.

Nesse sentido, falar de desenvolvimento territorial é falar do desenrolar da relação de homens e mulheres entre si e destes com determinados extratos da natureza, isto é, com determinados espaços geográficos. E o que não podemos esquecer é que essa mediação se concretiza através da técnica, que, ao ser um produto da sociedade em questão, incorpora seus valores culturais e/ou ideologias, mas também as

relações de poder por detrás destas instituições que vão se solidificando nos objetos técnicos – crescentemente acrescentados ao espaço.

Assim, se considerarmos que o projeto de territorialização é também processo de tecnificação, importa reconhecer que o proceder inovativo assume lugar central na análise do desenvolvimento territorial, visto que – no mais das vezes – é pela introdução de inovações que a tecnificação se desenrola. Seguindo esta linha, se a investigação dos processos inovativos aponta que a principal substância ou recurso da inovação é o conhecimento, processo fruto de dinâmicas interativas, coletivas, por vezes espacialmente localizadas, é central o exame da aprendizagem, processo de construção do conhecimento e igualmente alastrante no tempo-espaço. A rigor, as inovações que costumam consubstanciar-se em projetos territorializantes despontam de sistemas de inovação que evoluíram em determinados recortes espaço-temporais.

Talvez por isso, a partir de inícios dos anos 1990 ganha corpo a abordagem sistêmica da inovação, que contesta a ideia de processo inovativo linear, no qual a inovação parte da ciência pura, passa pela ciência aplicada e desemboca no mercado. Em contraste, a abordagem sistêmica não considera a inovação como um evento exclusivamente *science push*, muito menos como um ato isolado, fruto de uma ação individual, heroica. A inovação, de acordo com a teoria evolucionária, na qual se enquadra a abordagem sistêmica, é fruto de um processo coletivo que se alastra no tempo e no espaço, e que tem como recurso fundamental o conhecimento. Para os evolucionários a inovação é fruto da combinação de conhecimento, um processo social, dependente de interações.

Sinteticamente, um sistema de inovação é um sistema social cujo conhecimento é o recurso fundamental, e por isso que o aprendizado é o processo mais importante. Assim, se por um lado a inovação precisa ser vista como um processo interativo que se alastra no tempo e no espaço, e não um ato de individualismo; por outro é preciso reconhecer que ela assim o é, principalmente porque o conhecimento também é um processo gradual e cumulativo, pois são pelas novas formas de conhecimento ou pelas novas combinações de conhecimentos prévios que as inovações acontecem.

Kropotkin (2008), neste sentido, não apenas afirmava que nossa civilização é fruto do trabalho de milhões de seres humanos, mas que o pensamento assim como a invenção são fatos coletivos, produtos tanto do passado quanto do presente. Escritores, poetas e pensadores trabalharam para elaborar o saber, extinguir erros e construir a atmosfera de pensamento científico, sem a qual não haveria sido possível aparecer maravilhas como a máquina a vapor e a eletricidade. Em suas reflexões, cada máquina contém uma larga série de noites em branco e de miséria, de desilusões e de

alegrias, de melhoras parciais achadas, ou inventadas por gerações de trabalhadores desconhecidos, que acrescentaram à invenção original pequenices, sem as quais permaneceria estéril a ideia original – ainda que das mais fecundas. Para ele, cada nova invenção é uma síntese das anteriores.

No entanto, aceitar que a inovação é o resultado de dinâmicas de interação social implica admitir que os atores envolvidos em tais dinâmicas ocupam diferentes posições nas estruturas social, econômica e política das sociedades, e que seus interesses podem ser divergentes. Ainda que cumulativos e alastrantes no tempo e no espaço, os processos inovativos não são, portanto, dinâmicas sociais marcadas sempre por harmonia e guiadas pelo logro do interesse geral, mas costumam estar marcados por divergências e conflitos de interesses.

Noble (1984, citado em Husson, 2013) mostra que as opções de inversão que permitem desenvolver e tornar economicamente viáveis as novas tecnologias não se devem unicamente a suas potencialidades intrínsecas, mas também a interesses políticos e condicionantes culturais. Nessa linha, não seria de todo um disparate afirmar que o conhecimento é uma expressão daquilo que Harvey idealizara como concepções mentais de mundo com potencial para se tornarem forças materiais, tanto por se objetivar nos objetos materiais (técnicos), como por se materializar nos processos reais da produção. Na seção seguinte, refletimos sobre o lugar da cultura neste processo – de materialização de concepções de mundo, mas, sobretudo, de construção de projetos de desenvolvimento territorial essencialmente transformadores.

5. Cultura e transformação cultural

Para Eagleton (2003), de um ponto de vista etimológico, cultura é um conceito que deriva da relação humana com a natureza, pois inicialmente diz respeito à forma pela qual a cultivamos e a transformamos em função de nossas necessidades. Nesse sentido vale atentar à própria etimologia da palavra agricultura.

Contudo, se por um lado cultura significa a procura de crescimento natural, por outro sugere uma relação dialética entre aquilo que fazemos ao mundo e aquilo que o mundo nos faz. Ou seja, à medida que transformamos a natureza em função de nossas necessidades e desejos, alteramos a sua estrutura ao ponto de fazer com que ela passe a funcionar de maneira distinta, o que repercute distintamente sobre a humanidade.

No que toca à natureza humana, talvez uma das transformações mais profundas desse processo seja a mudança na forma dos humanos interpretarem a si e ao mundo. No mapa cognitivo dos seres humanos, se antes a natureza aparecia

como uma força misteriosa, que amedrontava, hoje é projetada pela grande maioria das pessoas quase que exclusivamente como mera fonte de recursos naturais, disponíveis ao bel prazer da espécie que desde o início da modernidade vem deixando de se compreender como parte da natureza, para se ver cada vez mais como senhora desta.

Para Leff (2006), o conhecimento produzido sob esta lógica, em vez de constituir um conjunto de teorias e formas de organização do pensamento para o entendimento do mundo, passou a ser uma ordem conceitual orquestrada em um conjunto de artefatos que intervêm e transformam o real, a partir de uma postura que *tecnologizou e economicizou* o mundo.

Pelo menos aos nossos olhos, esta transformação do real, que se dá primordialmente em função do lucro monetário, desenvolve uma espécie de realismo capitalista que interfere de maneira decisiva na mentalidade das pessoas, mudando a própria forma destas se interpretarem à medida que têm suas subjetividades transformadas por uma determinada governamentalidade propriamente capitalista.

Em Foucault (2004), o conceito de governamentalidade aparece como uma forma de governo não apenas dos homens, mas destes e das coisas, ou, da própria maneira de interpretação da natureza humana e de interação entre as pessoas e destas com tudo aquilo que as rodeia. "De certo modo, portanto, a ideia de governamentalidade une a ideia de governo dos homens [a biopolítica] à ideia de administração das coisas" (Dardot & Laval, 2016, p. 392).

Com a evolução do modo de produção capitalista, mas muito especialmente no âmbito mais recente do neoliberalismo, foi a partir de um trabalho sistemático de construção de crenças e valores morais e éticos compartilhados que pessoas são disciplinadas a interpretar-se praticamente como empresas, capitais humanos forçados a valorizar-se num ambiente hostil, em cuja luta diária de todos contra todos é a regra à qual não se deve abrir exceções – sob pena de se obstruir o caminho do progresso.

Para interpretar melhor esse movimento de criação de uma subjetividade especificamente capitalista, poderíamos recorrer, também, ao pensamento de Bataille (1933) a respeito da estrutura psicológica do capitalismo, ou melhor, da forma como este modo de produção homogeneiza as pessoas a partir da forma como as articula na esfera produtiva, mas também, e de maneira mais ampla, na sociabilidade que cria em função do caráter abstrato do trabalho e de uma métrica social comum reduzida ao dinheiro (e os decorrentes cálculos contábeis e financeiros). No fundo, o que Bataille está a nos dizer é que a relação social capital, enquanto valor em processo de (auto) valorização, atribui uma subjetividade própria aos seres humanos que

funcionam como vetores deste processo, homogeneizando-os e classificando-os em função do equivalente geral de valor: o dinheiro.

De volta a Eagleton (2003), vale ressaltar que se tanto é possível que enquanto seres humanos cultivemos a natureza, modificando-a, não menos possível é que cultivemos nossa natureza interior, modificando-nos. Ou seja, "cultura é uma forma de subjetividade universal em elaboração dentro de cada um de nós" (Eagleton, 2003, p. 19), a partir do processo de troca incessante que realizamos com a natureza, isto é, do processo de trabalho. Por isso faz sentido falar de uma cultura capitalista dentro de cada um de nós, visto que a lógica que rege nossa relação com a natureza é a da acumulação de capital.

No entanto, cultivar o interior dos seres humanos, sua natureza, pode ser algo feito também pelo Estado, visto que requer determinadas condições sociais e que a própria relação metabólica do indivíduo com a natureza – via de regra – intercorre através de uma determinada sociedade refletida no Estado. Neste sentido, a cultura apresenta também uma dimensão política bastante marcada, sobretudo ao associar os seres humanos em relações sociais de forma a aparar suas arestas com potencial de comprometer a construção de um determinado modelo civilizatório. Nada mais claro e melhor do que as palavras do próprio Eagleton para nos ajudar a compreender o papel do Estado na formação de processos capazes de cultivar humanos, ou seja, criar subjetividades.

Na sociedade civil, os indivíduos vivem num estado de antagonismo crônico, movidos por interesses opostos; o Estado, porém, é o domínio no qual estas divisões podem ser harmoniosamente conciliadas. Para que isto aconteça, contudo, o Estado terá de já ter começado a trabalhar na sociedade civil, apaziguando o seu rancor e refinando as suas sensibilidades, e este processo é aquilo que conhecemos como cultura. A cultura é uma espécie de pedagogia ética que nos torna aptos para a cidadania política através da libertação do eu ideal ou colectivo sepultado em cada um de nós, um eu que encontra a sua suprema representação no domínio universal do Estado. (Eagleton, 2003, p. 17-18)

Assim, se por um lado temos antes que ser pessoas devidamente civilizadas para só então podermos exercer a condição plena de cidadania, por outro lado esta ideia carrega a tese de que a humanidade é cultivada, ou preparada culturalmente para exercer a política, o que ocorre senão pela eliminação de conflitos e antagonismos num nível supostamente anterior ao político. Contudo, como o próprio autor da

citação acima pontua, trata-se [esta] de uma tese traidora, à medida que este tipo de argumento contém a eliminação da esfera política *em si* como uma esfera de real livre disputa entre interesses antagônicos por parte dos seres humanos.

Ou seja, quando em apelo a uma suposta condição inalienável e anterior de humanidade um determinado Estado prepara – ou cultiva – a mente das pessoas para a política, o que no fundo faz é terraplanar o terreno da arena política ao suplantar um conjunto de relevantes subjetividades alternativas, eliminando liminarmente não apenas uma série de comportamentos tidos como indesejáveis, mas junto com estes uma série de projetos e interesses que são praticamente deslegitimados do debate, distorcendo-se assim a própria esfera política em função de uma determinada ideologia. O que significa dizer que a esfera política passa a funcionar não como uma real esfera política, mas como uma esfera político-ideológica. Abaixo arriscamos uma espécie de linha sequencial das instâncias dessa falsa tese (Eagleton, 2003), de que a política não é estágio fundante da cultura, mas decorrente desta:

Humanidade → Cultura → Política

Em contrapartida, Eagleton (2003) afirma que numa tese realmente verdadeira, a política é instância anterior, tanto à instância cultural quanto à condição de humanidade. Isto, pois, em realidade são os interesses políticos que governam os culturais e, com isso, definem uma determinada versão de humanidade. A lógica sequencial verdadeira seria então:

Política → Cultura → Humanidade

À luz desta verdadeira tese quanto ao papel da cultura e da política na construção de um determinado tipo de humanidade, entendemos que o conceito de território resgatado na seção inicial traz elementos significativos à compreensão do papel da cultura, não apenas no que diz respeito ao desenvolvimento territorial, mas especialmente no que se refere à construção de um possível projeto de desenvolvimento territorial transformador. Ou seja, um projeto capaz de aportar ao processo de devir histórico uma condição objetivamente capaz de transgredir, de ir além do atual modelo hegemônico de humanidade, não por lhe aportar mais do mesmo, mas por lhe conferir aspectos qualitativamente distintos. Afinal, a dimensão reitora do território não é senão a política, que é projetada sobre um determinado substrato material – o espaço – através da forma de organização do processo de trabalho, processo pelo qual a própria cultura é construída.

Conforme colocado por Eagleton (2003), tratar de cultura significa tratar de uma noção epistemologicamente realista, haja vista que pressupõe a existência de uma natureza para além de nós mesmos, seres humanos; mas que carrega também uma dimensão construtivista, ao passo que esta materialidade é humanamente transformada, ou seja, lhe é atribuída uma forma humana, uma forma com significado humano. No entanto, ao atribuir um significado humano ao espaço através do trabalho que o transforma, os seres humanos adquirem também uma determinada consciência, tanto de si, como do mundo que estão a transformar e, assim, cultivam não apenas a terra, ou o espaço, mas a si próprios.

Portanto, caso o objetivo de transformação social repouse num modelo de humanidade pautado não na igualdade meramente formal entre sujeitos, mas sim na igualdade substantiva, real, entre eles, este objetivo deve ser desenhado na esfera política e, através de um determinado sistema que governe a forma de se organizar o trabalho no espaço, não apenas atribua o controle do processo de reprodução social aos sujeitos envolvidos nesse movimento de maneira consciente e intencional, mas, também, de uma forma coletiva e democrática organize a aplicação de tecnologias menos agressivas tanto aos ecossistemas quanto à própria força de trabalho. Na seção seguinte, refletimos sobre as possibilidades das indicações geográficas nesse sentido.

6. Indicações geográficas, desenvolvimento territorial transformador e cultura

A rigor, as indicações geográficas de procedência surgem como uma estratégia de enfrentamento coletivo, por parte de produtores de um determinado território que, em face da pequena escala de suas unidades produtivas, optam por uma ação associativa como uma forma de enfrentamento – em certos casos mesmo de sobrevivência de seus negócios –, ante a concorrência com grandes capitais que a globalização dos mercados impulsiona. Assim, a característica mais marcante de uma indicação geográfica é a forma associativa pela qual produtores rurais procuram criar sinergia e um mecanismo de defesa coletivo, com vistas a resistirem às tendências centralizadoras e concentradoras do capital no setor em que se encontram, e que ameaçam a própria existência de suas unidades produtivas.

De acordo com Jeziorny (2009, 2015), as indicações geográficas são construções sociais com as características típicas dos distintos territórios em que são

aplicadas enquanto projetos de apropriação espacial. Para isto, os atores envolvidos neste movimento lançam mão, tanto dos aspectos físicos e espaciais, quanto socio-políticos e territoriais; tanto da materialidade própria de um espaço, quanto do conhecimento, do saber fazer local que transformam esta matéria e que é, por excelência, uma força social produzida territorialmente através do trabalho.

A bem da verdade, o que sustenta tal proposição é a conjectura de que a maneira pela qual a espécie humana interage com os recursos do meio em que vive importa, não apenas para gerar valor em processos de acumulação de capital a partir da produção de uma mercadoria específica, mas antes de tudo para concretizar sua própria condição de humanidade. Uma condição que, se por um lado se desenvolve a partir de sua relação metabólica constante com o substrato material e condição inalienável de sua existência, por outro intercorre através de uma determinada formação social.

Entretanto, por se concretizarem a partir da associação entre produtores em torno de um projeto coletivo de territorialização espacial, em alguma medida não desprezível as indicações geográficas remetem a ideia de Ploeg et al. (2012) quando afirmam que o desenvolvimento rural é um processo transitório, que requer um acordo “da porteira para fora” de práticas levadas a cabo “da porteira para dentro”. Isto é, algum tipo de concertação entre os atores sociais a respeito das práticas que levam a cabo no interior de cada exploração agrária. Portanto, um projeto mais ou menos comum de apropriação do espaço compartilhado, mas sobretudo intencionalmente construído de maneira coletiva.

Assim, a par de outras estratégias possíveis, as indicações geográficas se inscrevem como ferramentas úteis na delineação e busca de consensos em torno de objetivos a serem perseguidos em processos de desenvolvimento nos espaços rurais. Isto, na medida em que podem ser utilizadas enquanto instrumentos com capacidade de estimular a adoção de práticas que alarguem as fronteiras das explorações agrárias para além dos limites restritos de cada unidade produtiva, mediante a ação associativa.

Entretanto, vale lembrar que tratar de unidades produtivas associadas pode significar uma série de tipos distintos de unidades produtivas em associação, com escalas e tecnologias distintas, mas também com relações sociais de trabalho diferentes. Neste sentido, uma associação entre unidades de produção pautadas, por exemplo, no trabalho cooperativado, isto é, uma associação de cooperativas de trabalhadores, pela própria forma mais democrática de organização do processo de trabalho, mas também da apropriação mais igualitária do produto deste, consubstancia uma forma igualmente mais democrática e igualitária de territorialização. Afinal,

las cooperativas son las responsables de la regeneración del tejido económico y del desarrollo local de las regiones donde se implantan, fundamentadas en la solidaridad y compromiso de sus miembros. Siguiendo los principios de la economía social, las cooperativas son asociaciones en las que prima la igualdad de cada uno de sus integrantes. Todos son tomados en consideración para la toma de decisiones que afecten a la entidad, todos los socios tienen el mismo derecho a voz y voto, fomenta el sentido democrático del cooperativismo (Lopes-Belmonte et al. Al, 2020, p. 6)¹.

Nestes termos, facilita-se a busca por consensos a respeito de práticas produtivas menos degradantes da natureza, que, enquanto substrato material da existência humana, engloba não apenas o espaço transformado pelos seres humanos, mas os próprios seres humanos, que, ao serem parte da natureza, na medida que a transformam, transformam a si mesmos. Um destes consensos pode, por exemplo, girar em torno de questões relativas à busca por um padrão de qualidade para os produtos locais pensado e construído coletiva e intencionalmente, como a produção a partir de uma normativa calcada na produção agroecológica de determinada mercadoria ou de uma estratégia conjunta de distribuição, que inclusive pode estar articulada com projetos de desenvolvimento em escalas mais amplas.

Com efeito, para entender o processo de desenvolvimento rural com base na construção de uma indicação geográfica cumpre distinguir suas distintas escalas hierárquicas, que podem ser classificadas entre práticas, processos e políticas. Além disso, reconhecer que o sucesso da estratégia geralmente implica fortalecer a adoção de práticas que, mesmo no interior de cada unidade produtiva, visem a concertação social e a cooperação com vistas ao controle coletivo das repercussões das atividades econômicas sobre o espaço geográfico compartilhado, mas também sobre os seres humanos que o transformam.

No que toca, por exemplo, a busca de uma relação metabólica mais saudável da formação social com o espaço que a ampara, isto é, que minimize a disjunção ou fratura entre o sistema produtivo e o ecossistema, o conjunto de práticas produtivas pode visar uma articulação mais racional e harmônica possível com processos ecossistêmicos e políticas de preservação de ecossistemas definidas em escalas de poder mais amplas. No entanto, se por um lado isto implica o reconhecimento das relações de produção enquanto relações ecológicas, que concretizam a relação metabólica da humanidade com a natureza, tomada enquanto um sistema com funcionamento

1 Apoiando-se em ideias de Puentes e Velasco (2009) e Fernández (2006).

próprio, por outro reclamam uma forma de se interpretar a natureza para além daquela que a projeta idealmente como mera fonte de recursos naturais, passíveis de serem extraídos e mercantilizados sem interferirem no funcionamento do sistema natural do qual fazem parte.

Uma forma para encontrar um lugar para as indicações geográficas nesse contexto é reconhecer que são instrumentos capazes de viabilizar a concertação de interesses em torno de um projeto comum de apropriação do espaço, especialmente porque, ao requererem a construção de um conselho regulador, a partir do qual se definem as práticas e os processos a serem chancelados pela normativa de produção decidida coletivamente, implica também a formação de um sistema capaz de efetuar a governança do território, ou, um instrumento com mecânica suficiente para atribuir um certo sentido predeterminado pelos atores locais ao processo de complexificação do território que constroem. Isto inclui, por exemplo, a definição coletiva do sentido das inovações e dos objetos técnicos acrescentados ao espaço, consequentemente, também a natureza da geração de conhecimento. E a relevância desse caráter participativo dos atores locais na construção das rotas que encaminham seu próprio futuro se torna ainda mais substancial quando levamos em conta que:

[l]o que marca verdaderamente la línea entre el éxito y el fracaso de los procesos de desarrollo en áreas rurales con similares recursos humanos y productivos es la existencia de una buena interacción entre las distintas instituciones y agentes implicados, una interacción que permita dotar de adecuadas infraestructuras a los territorios, generar confianza en la población, movilizar a los actores sociales (individuales y colectivos) y facilitar la cooperación entre ellos. Esa articulación entre actores e instituciones en un territorio es lo que se denomina “gobernanza”, noción que viene a decirnos que sin una buena gestión (gobernación) de los recursos existentes, sin una buena canalización de las iniciativas públicas y privadas y sin una adecuada integración de los impulsos individuales en pro de un interés común que trascienda el ámbito de los intereses particulares, cualquier programa de desarrollo está condenado al fracaso. (Moyano-Estrada, 2009, p. 1)

Neste quadro, talvez um dos aspectos mais decisivos venha a ser a compreensão de que a concertação de interesses em torno de um objetivo comum de desenvolvimento territorial remeta a objetivos não exclusivamente vinculados à esfera produtiva, o que no caso de territórios rurais significa a existência de aspirações

humanas e, portanto, de objetivos que ultrapassem o contexto mais restrito das atividades agropecuárias. Portanto, uma política territorial que, mesmo definida ou incluída em projetos de desenvolvimento em escala mais ampla, possa ser orquestrada também de baixo para cima, e, com isso, não apenas definir objetivos próprios dos atores locais, mas também indicar os obstáculos concretos ao desenrolar do projeto de desenvolvimento num recorte espacial específico em consonância com as aspirações das pessoas que lá convivem. Em geral, uma política voltada para uma ideia de ruralidade que está para além de questões relativas às atividades agropecuárias, visto que as aspirações das pessoas que convivem nos espaços rurais podem ser, a rigor, mais abrangentes do que a valorização de seus capitais em atividades agropecuárias, ou de outra natureza.

Neste sentido, por exemplo, é possível que o acesso a um bom serviço de transmissão de dados digitais ou uma linha férrea que facilite a interconexão com outros lugares acabe por se tornar uma condição à manutenção e bem-estar das pessoas nos espaços rurais, tanto quanto uma política de crédito para aquisição de máquinas e implementos agrícolas, ou uma política de preservação da paisagem, dos recursos hídricos ou da biodiversidade. Nessa perspectiva, ou seja, de que a ruralidade ultrapassa questões meramente setoriais, Sacco dos Anjos et al. (2013), além de afirmarem que o conselho regulador é o coração de uma indicação geográfica, o instrumento onde se decide o quadro de práticas produtivas e técnicas de territorialização, nos recordam que o processo de desenvolvimento rural não pode prescindir das pessoas e de suas construções sociais (embora algumas estratégias pareçam estranhamente haver esquecido disso).

Sob a égide do modo de produção capitalista, e no afã de rentabilizar os ativos agrários, se impôs uma visão na qual o desenvolvimento agrícola pressupunha ocupar o mínimo de mão de obra, assegurando níveis crescentes de lucro para a atividade agropecuária. Em suma, durante muito tempo admitia-se que fazer 'desenvolvimento agrícola' era produzir com muito pouca gente (o mínimo possível). Hoje, entretanto, reconhecemos que pensar em desenvolvimento rural, sem a presença das pessoas, das comunidades e das instituições a que elas pertencem é absolutamente impossível, totalmente infundado. (Sacco dos Anjos et al. 2013, p. 162)

Nesse processo, à medida que os atores de um determinado território se organizam para transformar o espaço geográfico que compartilham, de forma fundamentada na produção de artigos com atributos e técnicas decididas coletivamente,

eles organizam as forças produtivas e as relações sociais de produção em função de uma determinada concepção mental de mundo, em cuja a decisão do quê e do como produzir é realizada de forma planejada e, em certo sentido, até mesmo democrática.

Pelo planejamento da produção decidido democraticamente através da associação de produtores é possível estabelecer, por exemplo, normas e técnicas para processos produtivos menos agressivos, tanto ao meio ambiente quanto à própria força de trabalho. Porém, também é possível que os produtores agropecuários articulados em torno de uma indicação geográfica utilizem a própria associação que a regula para debater aspectos mais amplos do desenvolvimento territorial, como a construção de um plano diretor que estipule limites a descaracterização do espaço que serve de substrato material da indicação geográfica, ou, ainda, que tipo de aparato social poderia melhorar (ou piorar) a qualidade de vida das pessoas naquele território.

Ao lidar com as indicações geográficas é preciso considerar que, em qualquer de suas formas de expressão material, estamos a tratar com modelos tecnológicos de apropriação espacial não apenas coletiva, mas coletivamente planejada de baixo para cima. Um projeto que é levado a cabo por um grupo de atores sociais dotados de intencionalidade, que aplicam sobre um espaço um determinado projeto comum de apropriação, em função de uma concepção mental decidida coletivamente, o que inclui a técnica a ser empregada, mas que não exclui concertações em torno de demandas coletivas de outra natureza, haja visto que a própria associação de produtores pode funcionar como um instrumento de planificação democrática do processo de complexificação do território, logo, como uma ferramenta política com potencial para incrementar a participação coletiva, fomentando, assim, uma cultura mais democrática de sociabilização do espaço geográfico.

Com efeito, entendemos que os territórios são expressões espacialmente localizadas de tecnologia, pois, além das forças produtivas, organizam um determinado estado de relações sociais em torno de um projeto de apropriação espacial. Em síntese, um território é uma construção social que envolve, sob uma determinada concepção mental de mundo, um conjunto de técnicas e conhecimentos que são aplicados pelo trabalho humano no espaço, o que requer um projeto que organize as relações sociais. E é basicamente a partir desse raciocínio que podemos interpretar os territórios como construções sociopolíticas sobre o espaço. Construções que ganham forma em função da tecnologia que se aplica no projeto de apropriação espacial.

Harvey (2013a, p. 157) faz suas as palavras de Marx quando resgata que “a tecnologia desvela a atitude do homem em relação à natureza, o processo imediato de produção de sua vida, e, com isso, também de suas condições sociais de vida”. No entanto, faz também um alerta a respeito de algumas interpretações equivocadas,

que afiguram Marx como um determinista tecnológico – um teórico que encara a tecnologia enquanto força motriz da história.

Quando Marx fala de tecnologia, ele se refere à forma concreta assumida por um processo de trabalho real em um dado momento, à maneira observável em que são produzidos os valores de uso específicos. “Essa tecnologia pode ser diretamente descrita de acordo com as ferramentas e as máquinas usadas, a estrutura física dos processos de produção, a divisão técnica do trabalho, o desdobramento real da força de trabalho, os níveis de cooperação, as cadeias de comando e as hierarquias da autoridade, bem como os métodos específicos de coordenação e controle utilizados” (Harvey, 2013a, p. 158).

No sentido marxiano, portanto, a tecnologia não se equivale às forças produtivas, como muitos costumam (erroneamente) afirmar, mas à expressão material do processo de trabalho, que inclui as forças produtivas, entendidas como o poder humano de transformar a natureza, e as relações sociais de produção, entendidas como a organização social e as implicações sociais do que, do como e do porquê produzir. (Harvey, 2013a, p. 158).

E é exatamente nesse diapasão que estratégias de indicações geográficas e tecnologia se confundem, porque se tornam, praticamente, sinônimos. Uma indicação geográfica é, de fato, uma específica expressão material de forças produtivas e relações sociais de produção, na medida em que incorpora uma normativa de produção que engloba ferramentas, máquinas e processos de produção específicos, bem como uma divisão técnica e social do trabalho que envolve um determinado grau de cooperação e métodos de coordenação igualmente específicos, que produzem um desdobramento real em termos qualitativos específicos: um produto com determinados atributos de especificidade, com vistas a possíveis transformações qualitativas da relação sócio metabólica da formação social com o espaço que humaniza.

As indicações geográficas de procedência despontam, a rigor, como uma resposta de produtores locais às forças concentradoras e centralizadoras que compõem o processo orgânico de acumulação do capital, manifestamente, em seu movimento de reprodução ampliada, que envolve o movimento de mundialização do modo de produção capitalista. Vale destacar que se trata, portanto, de uma espécie de repercussão, ou resposta territorial ao próprio desenvolvimento da relação social capital, logo, da complexificação das formas de produção de valor e de extração de mais-valor em escala ampliada e ampliável.

Como tal desenrolar intercorre mediante o avanço das forças produtivas, as indicações geográficas de procedência representam um desdobramento deste avanço, ou seja, do processo de complexificação da forma que é atribuída, no capitalismo,

ao processo de trabalho, forma esta que, ao ter na acumulação a sua mola mestra, acarreta contradições, como colocado por Marx ao definir a chamada *Lei Geral da Acumulação Capitalista*. Com efeito, se são as indicações geográficas de procedência respostas territorialmente e associativamente construídas às contradições que acompanham o avanço das forças produtivas sob o manto do capital, e, se atualmente, uma das mais significativas destas contradições não é senão aquela que se instala entre o capital e as condições naturais de produção, leia-se natureza, nos parece bastante lógico que as indicações geográficas de procedência, enquanto tecnologias já constituídas pelo movimento contraditória da acumulação, podem significar um profícuo instrumento de enfrentamento da fratura que se amplia entre as partes que conformam o metabolismo social da sociedade com a natureza que a contém.

7. À guisa de um desenlace

O que motivou a construção deste texto foi o desafio de encontrar um lugar teórico-lógico à cultura em processos de desenvolvimento territorial. Objetivo que desde o princípio nos pareceu um tanto inquietante. Isto, pois, ainda que nossas reflexões sobre a perspectiva territorial do desenvolvimento venham sendo construídas há mais de uma década, nestas tampouco havíamos dedicado esforços para sistematizar de forma logicamente organizada esta relação, que, a rigor, não nos pareceu tão mecanicamente simples como sugerem muitas análises, ao atribuírem o sucesso do desenvolvimento territorial a um suposto estoque cultural do território, contudo, com pouco ou nenhum aprofundamento nas ideias ou conceitos de cultura, território e desenvolvimento.

Além disso, desde nossas primeiras reflexões sobre o desenvolvimento territorial transcorreram-se mais de uma dezena de anos, tempo suficiente para que muitas contradições do processo de desenvolvimento espacial do capital se aviltassem e aprofundassem de maneira bastante pronunciada, como no caso das degradações ecossistêmicas que têm ameaçado crescentemente a própria vida humana em diversos territórios, em cuja exploração predatória da natureza atribui uma certo caráter autofágico ao próprio processo de desenvolvimento.

Contra tal pano de fundo, nosso desafio tornou-se então mais perceptível, mas também mais relevante e aparentando pelo menos dois flancos principais ao ataque: por uma abordagem negativa, ou seja, a partir dos efeitos negativos da cultura hegemônica atual, que leva ao desenvolvimento autofágico pelo crescimento econômico predatório, ou, por uma abordagem positiva, que apontasse para um caminho possível

de construção de uma cultura alternativa, capaz de contribuir para um processo de desenvolvimento transformador em essência.

Ao assumir o primeiro como um pressuposto e optar pelo segundo flanco para atacar o problema, este começou a ganhar em nosso raciocínio seus contornos mais definidos: de um ponto de vista ecológico, que tipo de instrumento tecnológico seria capaz de contribuir como ferramenta à construção de uma cultura essencialmente transformadora em favor de processos de desenvolvimento territorial em espaços rurais?

No entanto, e talvez como mais uma, das tantas provas de que o caminho das reflexões teórico-científicas está longe de ser uma linha reta, este delineamento nos colocou de frente para outra encruzilhada. Por um lado, poderíamos refletir sobre um instrumento irreal, tal qual costumam fazer aquelas análises que apontam para soluções tecnológicas através de tecnologias inexistentes (a não ser no plano ideal). Por outro, poderíamos calcar nossas reflexões sobre algum instrumento concreto, já materializado pelo próprio processo de desenvolvimento capitalista nos espaços rurais, mas que pudesse ser ressignificado a partir de outra lógica, construída com objetivos alternativos à pura e simples expansão material do sistema produtivo.

Foi então que outro de nossos objetos de estudo reclamou lugar no terreno das reflexões: as indicações geográficas de procedência. Afinal, trata-se de tecnologias de apropriação de espaços rurais desenvolvidas como uma forma de enfrentamento por parte de produtores associados às forças centralizadoras e concentradoras do capital. Forças que em muitos territórios rurais encurralaram a produção local contra o corner da concorrência global com a produção em grande escala. Portanto, ainda que não planejadas com o intuito específico de preservação ambiental, as indicações geográficas surgem como tecnologias de apropriação espacial desenvolvidas em resposta a duas das principais mecânicas da expansão do capitalismo que contribuem à desorganização ecossistêmica, o que nos sugeriu que pudessem ser aproveitadas como instrumentos para uma reorganização ecológica do processo que regula nossa relação metabólica com a natureza: o processo de trabalho. Além disso, o fato de se tratar de uma resposta intencional pautada na ação associativa reforçava ainda mais essa tese, visto que o problema da degradação ecossistêmica é um problema de ordem coletiva que requer não uma resposta individual, mas uma solução coletiva.

Assim, se o desenvolvimento territorial é fruto da aplicação, pelo processo de trabalho, de um projeto de apropriação espacial por parte de um grupo de atores dotados de intencionalidade; se as indicações geográficas são exemplos destes projetos e se a dimensão reitora do processo de desenvolvimento territorial é a política, visto que o que define o território é o exercício de poder; nos pareceu lógico que encontrar

um lugar à cultura nesse processo passaria por entender um duplo de relações a respeito da própria ideia de cultura. Primeiro, era mister apreender a sua natureza, o que a define, como é construída e qual sua relação com o processo que materializa o território: o processo de trabalho. Em segundo lugar, entender qual a sua relação com a dimensão reitora do território, isto é, com a esfera política deste.

Ao investigarmos a ideia de cultura em Eagleton, nos pareceu claro que o próprio processo de territorialização do espaço, isto é, o processo de desenvolvimento territorial é, ele mesmo, um processo de construção cultural, visto que a cultura não é senão uma repercussão, na natureza humana, da forma pela qual uma determinada formação social humaniza a natureza. Portanto, e se são objetivos políticos que governam as escolhas das técnicas empregadas nos processos de territorialização, ou seja, as escolhas dos instrumentos que medeiam e regulam a relação humana com a natureza, o impulso à criação de uma cultura ecológica nos territórios deve partir de sua esfera política. O que estaria de acordo tanto com a tese do próprio Eagleton, de que são os objetivos políticos que governam os culturais, como a tese de diversos geógrafos, de que a dimensão reitora do território é a política, visto que é onde que se define o projeto de territorialização.

Ademais, se o processo de territorialização é também um processo de humanização do espaço, a definição, na esfera política, de objetivos ecológicos a serem perseguidos por práticas e processos tendem a criar, através da cultura emergente do próprio processo de trabalho, uma versão de humanidade mais consciente de sua dependência da natureza, portanto, que procure construir modelos de desenvolvimento territorial que não se alimente autofagicamente do substrato material de sua própria existência. As indicações geográficas de procedência, tomadas enquanto tecnologias de apropriação espacial, parecem conter bons *insights* nesse sentido, especialmente porque:

- São pautadas em normativas de produção construídas como uma resposta ao crescimento exacerbado da escala da produção e, portanto, do crescimento material predatório, desorganizador de ecossistemas e, no conjunto, da biosfera;
- São construções associativas assentes na determinação coletiva de práticas e processos de produção e, assim, carregam também um caráter pedagógico que pode ser útil para fomentar um modelo mais participativo de democracia no que toca a apropriação espacial, consequentemente, um modelo mais socializado de interpretação e apropriação da natureza,

devolvendo boa parte do controle do metabolismo humanidade-natureza aos próprios produtores associados;

- Seus conselhos reguladores podem funcionar como estruturas de governança territorial que orientem e regulem de forma mais democrática a geração de um sistema de conhecimento (ou ciência) capaz de funcionar como indicativos para uma senda de maior responsabilidade coletiva com o espaço, fomentando também inovações menos agressivas aos ecossistemas e a força de trabalho;
- A partir de todos estes elementos, funcionar com um instrumento capaz de materializar modelos de desenvolvimento territorial essencialmente transformadores, frutos de intenções mais democráticas de se aplicar o trabalho no espaço, de forma a construir uma cultura alternativa, capaz de apontar pontos luminosos à um modelo civilizacional menos degradante, tanto da natureza como da humanidade.

Em suma, entendemos que as indicações geográficas de procedência, pela estrutura de governança territorial que proporcionam, podem servir como instrumentos à transformação cultural com vistas a um modelo de territorialização de espaços rurais comprometidos com a concretização de um metabolismo social mais saudável, isto é, com mais harmonia entre o sistema produtivo e o ecossistema que o contém.

Além disso, por estarem pautadas em acordos coletivos a respeito de práticas levadas a cabo da porteira para dentro, as indicações geográficas também podem ser aproveitadas como um instrumento que estimule consensos coletivos da porteira para fora, estimulando, pela mesma mecânica associativa, uma maior participação democrática dos atores locais em torno de questões referentes a forma de territorialização do espaço que compartilham.

Grosso modo, é pela sua natureza associativa que estas tecnologias de apropriação espacial apresentam instrumentos que podem ser ressignificados para, no processo de trabalho, construir uma cultura de maior cooperação e de maior consciência coletiva a respeito da relação sociedade-natureza, logo, uma versão de humanidade menos autofágica. A questão passa, então, pelos objetivos definidos na esfera política do território – em suas distintas escalas de poder.

Referências

Bataille, G. (1993). *El Estado y el problema del fascismo*. Pre-Textos, Valência.

- Bonente, B. A. I. M. (2011). *Desenvolvimento em Marx e na Teoria Econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense.
- Cassiolato, J. E.; Lastres, M. L. (2003). O foco em arranjos produtivos e inovativos locais de micro e pequenas empresas. In: Cassiolato, J. E.; Lastres, M. L. (Orgs.). *Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local*. Rio de Janeiro: Relume Dumara.
- Dardot, P.; Laval, C. (2016). *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- Eagleton, T. (2003). *A ideia de cultura*. Temas e Debates — Actividades Editoriais, Lisboa.
- Fernández, M. (2006). *Las cooperativas: organizaciones de la economía social e instrumentos de participación ciudadana*. Revista de Ciencias Sociales (Ve), 12(2), 237-253
- Foucault, M. (2006). *Seguridad, territorio, población*: Curso en Collège de France, 1977-1978. Fondo de Cultura Económica 1ª Ed., Buenos Aires.
- Gudynas, E. (2015). *Derechos de la naturaleza: Ética biocéntrica y políticas*. Buenos Aires: Tinta Limón.
- Harvey, D. (2013a). *Os limites do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Husson, M. (2013). *El capitalismo en 10 lecciones: breve curso ilustrado de economía heterodoxa*. Madrid: La Oveja Roja.
- Jeziorny, D. L. (2009). *Território Vale dos Vinhedos. Instituições, indicação geográfica e singularidade na vitivinicultura da Serra Gaúcha*. Dissertação (Mestrado em Economia) – 197 Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.
- Jeziorny D.L. (2015). *Territorialidade e Indicação Geográfica: estudo dos territórios do Vale dos Vinhedos (Bra) E Montilla-Moriles (Esp)*. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Faculdade de Economia, Universidade Federal de Uberlândia.
- Kropotkin, P. (2008). *La conquista del pan*. Madrid: La Malatesta Editorial.
- Leff, E. (2006). A construção da racionalidade ambiental. In: Leff, E. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. p. 221-275.

López, Belmonte, J., Moreno Guerrero, A. J. y Fuentes Cabrera, A.. (2020). Las cooperativas de enseñanza en España: Un modelo educativo para el desarrollo profesional docente basado en la economía social. *Cooperativismo & Desarrollo*, 27(2),1-25. doi: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2020.02.01>

Marx, K. (2013). *O Capital: crítica da economia política*, São Paulo: Boitempo.

Medeiros, R. M. V. (2009). “Território, espaço de identidade”, In: Saquet y Eliseu Savério Sposito (eds.), *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*, pp. 217-228, São Paulo: Editora Expressão Popular.

Moyano Estrada, E. (2009). Capital Social, Gobernanza y Desarrollo en Áreas Rurales. In: *Revista Ambiente*, n. 82, pp. 23-349.

Noble, D. (1984). *Forces of Production: a social history of industrial automation*. New York: Knopf.

Ploeg et al. (2021). *Rural development through the construction of new, nested, markets: comparative perspectives from China, Brazil and the European Union*. The Journal of Peasant Studies. Vol. 39, Nº 1, p. 133-173.

Porto-Gonçalves, C. W. (2013). *A globalização da natureza e a natureza da globalização*, 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Puentes, R. e Velasco, M. (2009). Importancia de las sociedades cooperativas como medio para contribuir al desarrollo económico, social y medioambiental, de forma sostenible y responsable. *REVESCO. Revista de Estudios Cooperativos*, 99, 104-129

Raffestin, C. (2009). A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular.

Reis, J. (2007). *Ensaio de economia impura*. Coimbra: Edições Almedina.

Sachs, I. (2008). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Garamond.

Sacco dos Anjos, F. et al. (2013). Sobre ‘efígies e esfinges’: indicação geográfica, capital social e desenvolvimento territorial. In: Dallabrida, V. R. (Org.). *Território, identidade territorial e desenvolvimento regional: reflexões sobre Indicação Geográfica e novas possibilidades de desenvolvimento com base em ativos com especificidade territorial*. São Paulo: LiberArs.

Santos, M. (2011). *Economia Espacial: críticas e alternativas*, 2ª ed. São Paulo: EDUSP.

Souza, M. L. (2009). Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: Saquet, M. A.; Sposito, E. S. (Orgs.). *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Editora Expressão Popular.

UNEP Frontiers. *Emerging Issues of Environmental Concern*. United Nations Environment Programme, Nairobi, . Disponível em: <https://environmentlive.unep.org/media/docs/assessments/UNEP_Frontiers_2016_report_emerging_issues_of_environmental_concern.pdf>. Acesso em: 25 maio 2020,